

Descoberta de artefactos sem acompanhamento

objectos do século XVI encontrados nas escavações de uma obra na reitoria da uma

Data: 14-03-2008



A abertura de uma vala longitudinal junto ao edifício do Colégio dos Jesuítas, na Reitoria da Universidade da Madeira (UMa), levou à descoberta de objectos de valor histórico incalculável, como moedas, faianças, cachimbos do século XV e XVI e, até, parte de um alguidar.

Os artefactos foram encontrados, acidentalmente, durante as obras de arranjo dos espaços exteriores, que não estavam a ter o devido acompanhamento arqueológico como é legalmente exigido, sustentam as associações de defesa do património na Madeira.

Sendo um imóvel de interesse público, o Colégio dos Jesuítas tem, de acordo com a Lei do Património, uma zona de protecção de 50 metros à volta do edifício. "Não se pode mexer ali se não houver uma autorização da DRAC", explicou Isabel Gouveia, presidente da Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira (Archais).

A UMa decidiu arranjar os espaços exteriores na Reitoria, mas esqueceu-se de que este é um edifício centenário, classificado e que, por isso, deveria ter solicitado autorização, junto da Direcção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC), para proceder à abertura da vala, o que implicaria um acompanhamento da parte de técnicos de arqueologia.

Contactada pelo DIÁRIO, a DRAC apenas disse que estão a tratar do assunto ao nível institucional com a UMa. E da parte da UMa não foi possível obter qualquer esclarecimento.

Acontece que a falta de acompanhamento arqueológico da obra pode até ter comprometido a fiabilidade dos registos históricos dos artefactos encontrados: "Qualquer objecto arqueológico vale pelo seu contexto", sublinhou Isabel Gouveia. "Se não for feito o devido registo no local exacto onde apareceu a peça, estamos a perder informação histórica e arqueológica importante", frisou, salvaguardando que é ao registar documentos do passado que fazemos a nossa história.

"Aquilo que estamos a perder são documentos históricos tão importantes como se fosse documentos escritos", ressaltou Elvino Sousa, dirigente do Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea (CEAM), acrescentando que a zona envolvente ao Colégio dos Jesuítas é um espaço muito rico do ponto de vista arqueológico e que as obras deveriam, por isso, ter sido supervisionadas desde o início.

Trabalhos de protecção do achado

Os trabalhos no local da obra já deveriam ter parado para evitar que se perca ainda mais informação arqueológica, no entanto, as máquinas ainda mexiam, ontem, na Rua do Castanheiro.

Do ponto de vista da lei, cabe à DRAC, enquanto entidade responsável pela administração do património cultural, condicionar o seguimento da empreitada junto das autoridades competentes e "estabelecer com carácter preventivo e temporário a protecção do local, de forma a garantir a execução de trabalhos de emergência e a determinar o seu interesse", explicou o arqueólogo Élvio Sousa, acrescentando que esta posição do CEAM configura um dever especial e prioritário das entidades públicas na protecção do património cultural e na valorização dos 500 anos do Funchal.

A DRAC deverá também "definir que o promotor da obra considere o salvamento da informação arqueológica em conformidade com o princípio do 'poluidor-pagador'".



Andreia Nóbrega

Fonte : http://www.dnoticias.pt/Default.aspx?file_id=dn04010805140308